

Revista de
Ciências
Humanas
UFSC

PERCEPÇÕES DISCENTES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES FORMATIVAS DO CURSO DE PEDAGOGIA PARA A DOCÊNCIA EM HISTÓRIA

*STUDENT PERCEPTIONS ON THE FORMATIVE CONTRIBUTIONS OF
THE PEDAGOGY COURSE FOR HISTORY TEACHING*

*PERCEPCIONES DE LOS ESTUDIANTES SOBRE LAS
CONTRIBUCIONES FORMATIVAS DEL CURSO DE PEDAGOGÍA
PARA LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA*

Crislane Barbosa Azevedo^a  e Maria Eduarda Oliveira Moreira^b 

^a Doutora em Educação pela Universidade e professora do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil. E-mail: crislaneazevedo@yahoo.com.br

^b Graduada em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil. E-mail: maridudaoli45@gmail.com.

Resumo: Este trabalho trata da formação docente inicial de Pedagogos com atenção específica as suas percepções sobre a História e seu ensino e ao processo de apropriação de conhecimentos históricos vivenciados no curso de graduação. Para tanto, utilizamos pesquisa bibliográfica e documental, especificamente o projeto político pedagógico do curso e registros escritos de graduandos do curso de Pedagogia a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, acerca de seus princípios e percepções sobre o tema. Concluímos pela importância da apropriação de conhecimentos específicos de teoria e de metodologia de grandes áreas como a História para a formação docente do Pedagogo bem como da promoção de uma prática de ensino contextualizada que materialize a formação acadêmica junto ao público dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Ensino de História; Educação a distância; Formação de professor.

Abstract: This paper deals with the initial teacher education of Pedagogues with specific attention to their perceptions about History and its teaching and the process of appropriation of historical knowledge experienced in the undergraduate course. To this end, we used bibliographic and documentary research, specifically the course's political pedagogical proj-

Como citar o artigo: AZEVEDO, C. B.; MOREIRA, M. E. O. Percepções discentes sobre as contribuições formativas do curso de pedagogia para a docência em história. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 53, 2019
DOI: 10.5007/2178-4582.2019.e65644



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

ect and written records of undergraduate students of the Pedagogy distance learning course at the Federal University of Rio Grande do Norte, about their principles and perceptions on the subject. We conclude by the importance of the appropriation of specific knowledge of theory and methodology of large areas such as History for Pedagogic teacher education as well as the promotion of a contextualized teaching practice that materializes the academic formation with early years public of Elementary School.

Key words: History teaching; Distance education; Teacher training.

Resumen: Este artículo trata sobre la formación inicial de docentes de pedagogos con atención específica a sus percepciones sobre la historia y su enseñanza y el proceso de apropiación del conocimiento histórico experimentado en el curso de pregrado. Para este fin, utilizamos la investigación bibliográfica y documental, específicamente el proyecto político pedagógico del curso y los registros escritos de estudiantes de pregrado del curso de educación a distancia en la Universidad Federal de Río Grande del Norte, sobre sus principios y percepciones sobre el tema. Concluimos por la importancia de la apropiación del conocimiento específico de la teoría y la metodología de grandes áreas como la Historia para la formación docente pedagógica, así como la promoción de una práctica docente contextualizada que materialice la formación académica con el público de los primeros años de la Escuela Primaria.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia; Educación a distancia; Formación del profesorado.

1 INTRODUÇÃO

A formação de professores para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental não é tarefa das menos complexas. Acompanhar as novas demandas da sociedade e as consequentes mudanças ocorridas no âmbito da educação é necessidade a ser atendida e sem a qual estaríamos formando profissionais descontextualizados.

Nesse artigo, dedicamo-nos a uma análise acerca desse processo de formação docente inicial do pedagogo com foco na percepção e apropriação de conhecimentos históricos por parte de licenciandos em Pedagogia, curso modalidade a distância, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). De modo mais específico, discorreremos sobre a relação entre ensino de História e formação de professores para atuação na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental e analisamos as percepções de alunos do curso de licenciatura em Pedagogia a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Norte sobre a História e seu ensino e acerca da disciplina acadêmica “Ensino de História” ministrada no 7º período letivo do curso.

Para tanto partimos de pesquisa bibliográfica, de leitura e análise dos registros escritos dos alunos da turma nos fóruns de discussão semanais de aula disponíveis na plataforma moodle e da interpretação das respostas dos licenciandos a questões relativas à História e seu ensino elaboradas para efeito de auto avaliação no final da disciplina no ano de 2018.

Os registros dos licenciandos foram analisados à luz da perspectiva da análise conteúdo nos moldes definidos por Bardin (2009), seguindo as suas três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação). Essa perspectiva é passível de aplicação a diferentes discursos e formas de comunicação. O que importa é que, como pesquisadores, busquemos compreender os variados aspectos (visíveis e não visíveis) que podem estar indicados nas mensagens do entrevistado. Assim, buscamos atentamente tanto o significado da comunicação quanto os seus possíveis e variados sentidos.

Durante a pré-análise realizamos a sistematização das ideias iniciais presentes nos discursos dos licenciandos a fim de proceder à categorização das informações com atenção ao objetivo central da pesquisa, o que permite melhor interpretação e análise dos dados. “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2009, p. 117).

Dessa forma, buscamos, inicialmente, o que se apresentava em comum nos discursos. Assim, definimos as seguintes categorias de análise: História como memorização; dissociação entre presente

e passado; ensino de História inadequado para crianças; ensino contextualizado, aluno como sujeito do processo histórico; novas metodologias de ensino de História para crianças. Analisamos as percepções dos sujeitos, também, levando em consideração o que Chartier (1990) chama de representações bem como o que Tardif (2000) considera como sendo os saberes profissionais dos professores.

No processo de acompanhamento de mudanças pelas quais passa a Educação no país nas últimas décadas e no intuito de dar respostas à ampliação do acesso ao ensino superior, a UFRN criou em 2003, a Secretaria de Educação à Distância (SEDIS), a qual, atualmente oferece nove cursos de licenciatura e um de bacharelado¹. Sua existência é uma resposta às necessidades de formação daqueles que se encontram distantes dos campi da Universidade, bem como um resultado do “avanço das chamadas tecnologias de informação e comunicação, que tem transformado definitivamente a forma das pessoas se comunicarem e adquirirem conhecimento” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010, p.7).

A criação do curso de Pedagogia a Distância na UFRN situa-se nesse contexto de necessidades formativas com foco específico para o atendimento profissional na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, “tendo em vista à inclusão da educação infantil no FUNDEB e a recente obrigatoriedade atribuída ao atendimento de crianças de 4 a 5 anos, além da expansão do Ensino Fundamental para 9 anos” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010, p.7).

O curso tem uma carga horária total de 3200 horas a serem cumpridas no período de quatro anos, sendo destas: 2700 horas de disciplinas e atividades curriculares de conteúdos de natureza científico-cultural e teórico-prática; 300 horas de estágio supervisionado em conformidade com as Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia; e, 200 horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais desenvolvidas a partir de diferentes formatos e ao longo do curso, independente das atividades curriculares obrigatórias (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010).

Entre as competências e habilidades que os futuros pedagogos deverão ter desenvolvido, destacamos a de: “Ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases de desenvolvimento humano e condições objetivas de vida, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010, p. 14). Essa competência é reveladora da necessidade de estudos específicos relativos a grandes áreas.

As disciplinas com caráter específico de grandes áreas estão presentes do 5º ao 7º períodos da formação e são elas: Ensino de Arte na escola (60h), Ensino de Língua Portuguesa I (60h), Ensino de Língua Portuguesa II (60h), Ensino da Matemática I (90h), Ensino da Matemática II (90h), Ensino das Ciências Sociais na Educação Infantil (90h), Ensino da Geografia (90h) e Ensino de História (90h). Conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia a distância, essa última deve contemplar:

Estudo crítico-analítico dos saberes históricos necessários à formação e prática docente, perpassando o processo de construção do conhecimento científico e escolar e das propostas curriculares oficiais para o ensino da História. Conceitos e procedimentos didático metodológicos do ensino de História com o uso de diferentes linguagens, fontes e recursos didáticos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010, p. 32).

A partir disso é que nos debruçamos sobre a relação entre ensino de História e formação de professores para atuação na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental e analisamos as percepções de alunos do curso de licenciatura em Pedagogia a distância, sobre a História e seu ensino e acerca da disciplina “Ensino de História”. Os pronunciamentos escritos dos licenciandos foram

1 Licenciatura em: Ciências Biológicas, Educação Física, Física, Geografia, Matemática, Pedagogia, Química, História, Letras e Bacharelado em Administração Pública.

determinantes nesse intento, sejam aqueles abertos resultados das discussões ocorridas nos fóruns na plataforma *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (moodle)², sejam aqueles mais específicos frutos de respostas dos licenciandos a questões relativas à História e seu ensino elaboradas para efeito de auto avaliação no final da disciplina.

As três questões discursivas propostas aos alunos foram: Qual a minha concepção de História e seu ensino antes de iniciar a disciplina Ensino de História em fevereiro de 2018?; Qual a minha concepção de História e seu ensino, hoje, ao final da disciplina Ensino de História em junho de 2018?; e, Imagine-se na condição de docente. Diante de você, está uma criança de 08 anos a qual lhe pergunta: Professor(a): para que temos de estudar História? Responda de forma contextualizada.

A primeira e a segunda questões apresentam um caráter auto avaliativo e que demandam a reflexão do licenciando sobre a sua apreensão do conhecimento. Ao considerar a sua percepção antes e depois da disciplina, tem a possibilidade de avaliar seu aproveitamento. Essas duas questões foram fundamentais para a análise das percepções dos alunos, e sobre possíveis mudanças e continuidades no decorrer da disciplina Ensino de História.

A terceira questão permite-nos a avaliação da apropriação dos conceitos aprendidos na disciplina e aplicação desses, já que a resolução da situação problema demandava que o licenciando se colocasse como um professor que precisava explicar para um aluno de oito anos o motivo de se estudar História. A resposta a tal questionamento requeria que o licenciando não só tivesse o conhecimento sobre as abordagens que poderiam ser utilizadas, mas que, também, soubesse contextualizar o tema em questão para as particularidades do aluno, uma criança de oito anos.

O princípio básico da educação a distância é a existência da mediação, via tecnologias digitais, entre professor e aluno, estando esse último distante espacialmente do primeiro e ciente que terá de aprender de forma independente, tendo no professor uma figura de cooperação, de orientação para aprendizagem autônoma. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso de Pedagogia a distância da UFRN, considerando a possível precariedade de acesso aos recursos tecnológicos e dentro da perspectiva de orientação docente cooperativa, “faz-se necessária a utilização de material impresso, áudio e vídeo, como suporte para a aprendizagem dos alunos, além da elaboração de mídias digitais” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010, p.12).

Dessa forma foi que na disciplina “Ensino de História”, semestre 2018.1, foram utilizados os seguintes recursos: livros digitalizados, artigos publicados em periódicos acadêmicos, vídeos disponíveis na internet e disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem, slides com textos e atividades e fóruns de discussão abertos na plataforma moodle permanentemente e correspondentes às temáticas das aulas semanais. No entanto, a participação dos alunos na realização das atividades e nas discussões dos fóruns de interação pode ser considerada diminuta e consideravelmente, problemática, considerando-se tratar de uma turma de re-oferta, na qual se encontram matriculados alunos que não podem mais perder o componente curricular.

A turma contava, inicialmente com 21 alunos matriculados sendo que, desses, quatro trancaram, outros quatro nunca sequer acessaram o ambiente da disciplina na plataforma, ou seja, nunca participaram de qualquer atividade, obtendo mais uma vez a reprovação. O pequeno quantitativo de alunos é característica de turmas de re-oferta, aquelas cujos alunos já foram reprovados ou abandonaram o componente curricular. Turmas com reduzido número de alunos (menos de 100), conforme decisão

2 A plataforma de aprendizagem on-line moodle foi adotada como referência para o curso. Por meio dela é possível a disponibilização de diferentes materiais para além de impressos e, principalmente, “proporcionar ao aluno a experiência de conhecer e interagir com os colegas por meio das ferramentas especiais de comunicação como: os fóruns de discussão, os chats e o correio eletrônico” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010, p.46).

do colegiado da SEDIS de 1 de março de 2010 funcionam, apenas, com o professor regente. Portanto, sem a participação de tutores ou monitores. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010, p. 45).

A turma, apesar de definida como de re-oferta, pode ser caracterizada como uma turma de profissionais. Ou seja, mesmo já marcada por um histórico de trancamentos ou reprovação na disciplina ministrada por diferentes professores em outros semestres, tratava-se de uma turma de pessoas já formadas em outras áreas e com experiência profissional. Isso nos chama muito a atenção, pois nos leva a questionar sobre qual o tipo de conhecimento histórico esses adultos receberam ou tiveram acesso em sua Educação Básica a ponto de expressarem percepções tão limitantes para a História e o seu ensino, identificadas no início do semestre letivo em que cursaram a disciplina “Ensino de História”.

Dos 13 aprovados (de um total de 21 matriculados, 04 trancamentos e 04 reprovações), encontramos profissionais formados: em Letras e já com atuação como docentes (S.D.O.; I.H.S.; M.G.M.); em Engenharia de Produção, com atuação como Assistente de alunos em um Instituto Federal (G.O.C.); em Matemática, mas trabalhando como Assistente em aeroporto (J.E.S.); em Ciências da Religião, com atuação como docente na rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte (R.L.B.; M.D.C.); e, em Administração de Empresas, com atuação no setor público federal (T.B.L.). Citamos, também, três alunos do próprio curso de História cursando a disciplina “Ensino de História”, específica para o curso de Pedagogia (A.C.P.; K.T.S.; R.L.B.).

A reduzida participação nos fóruns de interação e as dificuldades que parte da turma apresentou foram pontos de partida para reflexões que resultaram em uma análise mais aprofundada sobre essa experiência formativa que ora apresentamos nesse artigo, aqui dividido em três seções. Na primeira, tratamos sobre ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental; na segunda, discorreremos acerca da percepção dos licenciandos sobre a contribuição da disciplina “Ensino de História” para a formação docente; e, na terceira, tratamos a respeito da percepção sobre a História e seu ensino para crianças.

2 ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

O ensino elementar do Império, aquele voltado aos primeiros anos da escolarização, já contava, em termos legais, conforme Decreto das Escolas de Primeiras Letras, de 1827, com conteúdos de História do Brasil trabalhados em um misto de conhecimentos cívicos e de orientação religiosa cristã fruto da articulação entre História Civil e História Sagrada. Trata-se do contexto em que Estado e Igreja Católica estavam articulados oficialmente. Apesar da legislação, o que se verificou em muitas províncias foi a ausência desse ensino considerado facultativo. Como disciplina escolar autônoma, viria a se tornar, somente, em 1837 e tendo como destino o ensino secundário, pago e, portanto, acessível, apenas, à elite econômica. Programas de História para os primeiros anos da escolarização passaram a ser elaborados mesmo, somente, na segunda metade do século XX, sobretudo a partir do momento em que o cientificismo começou a influenciar discursos e práticas de intelectuais e administradores públicos.

Mudanças de perspectivas sobre as Ciências possibilitaram alterações no processo de escolarização seja mediante a inserção de novas disciplinas escolares ou mudanças de orientações no tratamento de parte delas. Nesse sentido, “o ensino de História teria dois objetivos. Serviria como lições de leitura, com temas menos áridos, para incitar a imaginação dos meninos e para fortificar o senso moral, aliando-se à Instrução Cívica, disciplina que deveria substituir a Instrução Religiosa” (BRASIL, 1997, p. 19). O contexto era o de transição do Império para a República, de debates sobre o fim da escravidão, de separação entre Estado e Igreja e, conseqüente discussão sobre a laicidade do Estado.

Apesar do início de um processo de mudanças nos programas escolares, a precariedade das escolas elementares não possibilitou uma efetiva transformação do cenário formativo. As permanên-

cias eram identificadas pela presença de conteúdos de uma História Sagrada, com aulas baseadas em memorização e repetição oral de textos escritos e com escassez de materiais didáticos.

A partir da República (1889) e seu projeto de construção de um novo País, diferente daquele do Império, considerado pelos republicanos como símbolo do atraso, passou-se a atribuir à educação escolar a função de civilizar o povo e reconstruir a nação. Isso significaria eliminar o analfabetismo e, ao mesmo tempo, moralizar o povo por meio de práticas cívicas e de civilidade. Era preciso alçar o Brasil ao nível das nações mais modernas do mundo, o que denotaria, também, a necessidade de modernizar os currículos escolares, possibilitando que as disciplinas fossem trabalhadas de modo mais científico.

O processo civilizatório do povo brasileiro passa a ser o foco do ensino de História e não mais os acontecimentos religiosos. Abre-se espaço para a História das Civilizações bem como para a história do País, identificada como História Pátria, a qual “era entendida como o alicerce da pedagogia do cidadão, seus conteúdos deveriam enfatizar as tradições de um passado homogêneo, com feitos gloriosos de célebres personagens históricos nas lutas pela defesa do território e da unidade nacional” (BRASIL, 1997, p. 21).

No percurso de substituição da moral religiosa por preceitos cívicos e civilizatórios, vários estados do País realizaram reformas educacionais que possibilitaram mudanças tanto em conteúdos quanto em métodos de ensino. Esse processo adquiriu maior centralidade, somente, após 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e, posteriormente, com a Reforma Francisco Campos, em 1931, e, a Reforma Gustavo Capanema, em 1942. Para o ensino de História a repercussão foi a de padronização, passando o público escolar de todo o País a ter acesso aos mesmos programas de ensino “dando ênfase ao estudo de História Geral, sendo o Brasil e a América apêndices da civilização ocidental” (BRASIL, 1997, p. 21). Em termos metodológicos, a influência escolanovista norte-americana com os Estudos Sociais, aparecia como sugestão para a substituição da História por esses, especialmente, para o ensino elementar, chamado de ensino primário, a partir da República.

Nesse período, o ensino de História era marcado pela legitimação do discurso de democracia racial. Esse aspecto por muito vigorou em programas e livros didáticos, posto que no decorrer das décadas de 1930 a 1950 poucas mudanças aconteceram, inclusive, em termos metodológicos. Alterações mais significativas viriam a ocorrer na década de 1960. Ainda sob a influência norte-americana, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a legislação educacional brasileira passou a considerar a área Estudos Sociais como uma disciplina escolar a ser inserida nos primeiros anos da escolarização em substituição à História e à Geografia. O contexto do pós-guerra apontava, conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e sua influência na produção didática, para a necessidade de uma cultura humanística e pacifista e isso foi associado à presença dos Estudos Sociais no currículo escolar. A consolidação desse intento ocorreu por meio da Lei orgânica do ensino de 1º e 2º graus, n. 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971).

Os Estudos Sociais constituíram-se ao lado da Educação Moral e Cívica em fundamentos dos estudos históricos, mesclados por temas de Geografia centrados nos círculos concêntricos. Com a substituição por Estudos Sociais os conteúdos de História e Geografia foram esvaziados ou diluídos, ganhando contornos ideológicos de um ufanismo nacionalista destinado a justificar o projeto nacional organizado pelo governo militar implantado no País a partir de 1964. (BRASIL, 1997, p. 23).

Essas mudanças, associadas à ampliação da obrigatoriedade de oito anos para o ensino de 1º grau, acarretaram para as escolas alteração no seu público escolar. Uma maior parte da população ingressando nas instituições de ensino significaria que essas deveriam atender a uma diversidade maior de sujeitos. Sem alcançar o atendimento adequado das novas demandas formativas, os envolvidos com a educação assistiram, ao mesmo tempo, a uma ampliação do acesso e uma simultânea queda na qualidade dos serviços prestados.

A formação de professores para atuação nos primeiros anos da escolarização, antes ocorrida nas escolas normais, passou a ser feita nos cursos de ensino superior e exigida como requisito para investidura no cargo de docente, somente, na segunda metade do século XX e coincidiu com a luta docente para o retorno da História e da Geografia aos currículos escolares, inclusive, para os, conhecidos, após Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), como anos iniciais do Ensino Fundamental.

A necessidade de um grande número de professores formados em Estudos Sociais foi atendida, durante o período do governo militar, de 1964 a 1985, pela criação de cursos de licenciatura curta. Isso, por um lado, muito favoreceu as faculdades privadas e, por outro lado, resultou em desqualificação da formação e da profissionalização docente. Em relação à História, tornou-se imenso o afastamento do que se pesquisava na área, por exemplo, e aqueles conhecimentos de cunho histórico que chegavam às escolas dos primeiros anos de escolarização. Pesquisa acadêmica e saberes escolares distanciaram-se por décadas no Brasil do final do século XX.

O processo de redemocratização política foi permeado por debates sobre mudanças educacionais. Entre elas estava a volta da História (assim como da Geografia) para o currículo escolar e sob novos moldes, orientados pelas mais recentes vertentes historiográficas. O processo fortalecia-se pelas discussões contemporâneas do âmbito da Educação, sobretudo sob a influência da psicologia cognitivista e social. Em termos de resultados, a partir da década de 1990, os currículos escolares passaram a incorporar conteúdos de História já a partir da educação infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental. Em relação a esses, a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1997 (BRASIL, 1997), consolidou o início de um processo de mudanças mais efetivas no ensinar História para crianças em todo o País.

Constituição de 1988, LDBEN de 1996, PCN de 1997 e diferentes Diretrizes Curriculares Nacionais publicadas nas últimas duas décadas possibilitaram, de fato, discussões mais amadurecidas e mudanças mais consistentes no ensino de História direcionado aos primeiros anos da escolarização.

Desde os anos 2000, o Ministério da Educação exige que as disciplinas de História e Geografia tenham livros didáticos distintos, para que sejam aproveitadas as especificidades dessas disciplinas. Para Fonseca (2009) existia uma desvalorização social, política e pedagógica da História como conhecimento escolar e disciplina formativa nas concepções pedagógicas e de alfabetização dominantes e no próprio perfil dos livros didáticos.

Atualmente, com a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), o ensino de História, assim como o de outras áreas, foi organizado em unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades. Estrutura destoante do que se propunha nas primeiras versões do documento submetidas à apreciação da sociedade. A versão aprovada em 2017 modificou substancialmente os objetivos de aprendizagem definidos nas duas primeiras versões do documento, que, uma vez considerando os professores sujeitos construtores de currículo, não chegava ao grau de detalhamento que a versão aprovada apresenta. Em termos de conteúdo, o ensino de História para os anos iniciais tem como foco a compreensão de si mesmo como sujeito histórico e sua relação com sujeitos de outros espaços e tempos.

O longo caminho do ensino de História no Brasil passa pelos profissionais da educação e para os anos iniciais, especificamente, a incumbência de ensinar História faz parte da polivalência, ou seja, ministrar diversas disciplinas visando à formação inicial própria da Educação Básica. Como está expresso nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, no artigo 5º:

IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano. (BRASIL, 2006, p.2).

A formação de professores no Brasil passou por diversos períodos. Saviani (2009) sugere uma periodização, a qual vai desde o que chama de ensaios intermitentes de formação de professores (1827-1890), passando pelo estabelecimento e expansão do padrão das escolas normais (1890-1932) e organização dos institutos de educação (1932-1939), até a organização e implantação dos cursos de Licenciatura e, especificamente, o de Pedagogia e consolidação do modelo das escolas normais (1939-1971), substituição da escola normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996), advento dos institutos superiores de educação e escolas normais superiores e o novo e atual perfil do curso de Pedagogia (1996-2006).

A formação dos docentes para atuação nos anos iniciais da escolarização, no Brasil, seguiu trajetória complexa e é, ainda no século XXI, alvo de discussões entre aqueles que defendem a formação em ensino superior e aqueles que apregoam a necessidade de formação, apenas, em nível médio, como se viu durante os governos militares que promoveram a substituição das peculiares escolas normais pela Habilitação Específica de Magistério a ser adquirida, inclusive, em escolas estaduais de 2º grau.

O que não podemos negar, nos dias atuais, é a existência de políticas públicas tanto para o ensino escolar quanto para a formação de professores que atuarão nos anos iniciais do Ensino Fundamental. As políticas do pós-LDBEN de 1996 até a aprovação do atual Plano Nacional de Educação (2014-2024) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, de 2006, e das mais recentes Diretrizes de Formação para os Profissionais do Magistério, de 2015, é que não podemos admitir mais a dissociação entre aquilo que se pesquisa no ensino superior e aquilo que se ensina no ambiente da educação básica, desde os anos da Educação Básica.

3 APRENDER E ENSINAR HISTÓRIA: PERCEPÇÃO DE LICENCIANDOS SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL

Formar-se professor na licenciatura em Pedagogia requer o domínio, entre outros aspectos, das políticas públicas inerentes a sua formação e à grande diversidade de áreas com as quais o futuro Pedagogo deverá lidar, a exemplo, dos já citados PCN de História ou Diretrizes de variados enfoques bem como a atual BNCC. Em se tratando de curso a distância, precisa, ainda, considerar o domínio de novas tecnologias e espaços de interação virtual. No âmbito da UFRN esse ambiente é a plataforma moodle, permanentemente utilizada no suporte às aulas da disciplina “Ensino de História”, sobretudo nos fóruns semanais de aulas. Importante considerar, também, a importância da promoção da interatividade e da autonomia do aluno. “Este aluno deve ser considerado como um sujeito do seu aprendizado, desenvolvendo autonomia e independência em relação ao professor que o orienta no sentido do aprender a aprender e aprender a fazer”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010, p.11).

Ao analisarmos os 16 fóruns semanais de discussão, percebemos o trabalho com conceitos próprios da ciência História bem como com conteúdos específicos do ensino associado aos anos iniciais do Ensino Fundamental, como: importância da História local, discussões sobre livro didático, uso de fontes no ensino, o tratamento da história do Brasil, a avaliação do processo de aprendizagem em História.

Nos fóruns os licenciandos tinham o acesso livre para questionamentos, dúvidas e contribuições variadas. Desde as primeiras aulas, há orientações da docente da disciplina³ para que os alunos fizessem

3 Docente licenciada e bacharel em História, mestre e doutora em Educação.

perguntas sobre as temáticas e que procurassem não apresentar comentários simples a exemplo de meras repetições de trechos das obras lidas. Igualmente era salientada a importância de que os alunos buscassem interagir entre si, ao ler e comentar sobre o conteúdo das postagens dos demais alunos da turma. Contudo, a maior participação nos fóruns em termos de frequência e postagens era da professora da disciplina. De modo geral, os alunos da turma pouco participavam. A participação ocorria, de fato, quando a professora questionava os alunos nominalmente e foi por meio das respostas frutos desses questionamentos diretos que pudemos analisar a percepção dos licenciandos sobre a importância da disciplina “Ensino de História” para a formação no curso de Pedagogia.

As semelhanças em muitas das respostas dos licenciandos sobre o que é História e sobre como ensinar História, permitiram-nos estabelecer categorias tanto para o “antes de cursar a disciplina” como para “o pós-disciplina Ensino de História”. Em relação ao antes, trabalhamos com três categorias: 1) História como memorização; 2) dissociação entre presente e passado; 3) ensino de História inadequado para crianças. Para o pós-disciplina, trabalhamos com quatro categorias: 1) ensino contextualizado; 2) aluno como sujeito do processo histórico; 3) novas metodologias de ensino de História para crianças; 4) aluno como cidadão.

Na primeira semana do semestre letivo, ao serem questionados sobre o que entendiam a respeito da História e seu ensino, ganhou corpo a prática da memorização. A História como memorização diz respeito à percepção de ensino marcada pela linearidade temporal e o ensino limitado aos processos decorativos, ou seja, a ênfase na memorização de datas e nomes considerados importantes, grandes heróis e fatos políticos, o que possibilita consolidar no imaginário das pessoas que estudar História só é possível através de uma prática cansativa de repetição. A percepção de S.D.O. é significativa nesse aspecto:

Entendia que ensinar História era apresentar aos alunos o percurso histórico-social do país e do mundo. O que se resumia a datas comemorativas, como foco na memorização de nomes e datas, e não na importância e contextualização do fato/momento para os dias atuais. O ensino de História era entendido como memória. (Licenciando S.D.O., 2018).

Nos discursos dos licenciandos, antes de cursarem a disciplina “Ensino de História”, a limitação da visão sobre a História era enfática. S.G.M. esclarece-nos sua percepção a qual indica algo preocupante: o distanciamento em relação ao aluno, sendo ele uma criança, seria incapaz de compreender adequadamente a História. Assim percebia a História e o seu ensino: “Que o ensino da história estava baseado em narrativas históricas (exclusivamente), no exercício de memorização, leituras longas de capítulos sem contextualização, fora do alcance da compreensão do aluno”. (Licenciando S.G.M., 2018).

Esse tipo de percepção remete-nos à metodologia de um ensino considerado tradicional, pautado em princípios de orientação positivista, do qual estavam afastadas a interpretação e a análise dos acontecimentos históricos e, logo, dos processos escolares. O ensino de História baseado nessa perspectiva estava restrito aos fatos passados, com exaltação de personagens e eventos considerados importantes do ponto de vista político-administrativo. Nesse cenário, “os alunos assumem o papel de meros espectadores que devem aprender por meio da audição e da leitura de textos longos e expositivos” (HIPÓLIDE, 2009, p.14). Logo, aprender História significa decorar conteúdos tendo em vista as avaliações, como salientava M.D.C. antes de cursar a disciplina “Ensino de História”:

Nossa concepção era de que história é uma disciplina que a gente precisa decorar os assuntos para fazer as provas. Levando em consideração o que aprendemos no Ensino Médio, estudávamos as questões e fazíamos as avaliações, logo não havia uma ligação entre presente e passado. O método de ensino era baseado na metodologia positivista. (Licenciando M.D.C., 2018).

De acordo com o cientificismo positivista, o conhecimento é concebido nas suas relações de causas e consequências. Uma decorrência disso para o ensino escolar é o distanciamento daquilo que se estuda com aquilo que se vive na realidade cotidiana. O aluno não é levado a se sentir sujeito e participe do processo histórico e não amadurece as suas percepções temporais, algo que precisa ser desenvolvidos nos primeiros anos do processo de escolarização.

Tem sido uma prática corriqueira da escola considerar que basta datar os acontecimentos para que se realize a localização temporal da criança. Exige-se com frequência que o aluno decore datas correspondentes a determinados fatos; a tradição escolar exige que as datas comemorativas sejam incluídas entre os conteúdos dos componentes curriculares nos anos iniciais da escolarização. (ABUD, 2012, p.11).

A fragilidade do domínio de diferentes noções de temporalidade pode resultar no entendimento equivocado de que a História restringe-se a acontecimentos do passado e sobre o passado. Sem relações de sentido com o tempo presente e as vivências dos alunos, dificilmente encontra outros qualificativos que não o de ser a (disciplina) História: cansativa, repetitiva, chata. E.M.M., por exemplo, sobre suas percepções antes de cursar a disciplina “Ensino de História” no seu curso de Pedagogia, declara que: “Antes eu via a História com outros olhos, achava muito cansativa, repetitiva e chata. Não encontrava sentido, achava desnecessário ter que ler e reler todos aqueles textos. Enchergava [sic] apenas como o estudo de fatos ocorridos no passado”. (Licenciando E.M.M., 2018).

Princípios positivistas arraigaram-se tão firmemente nas práticas educacionais que, mesmo após a promoção de diferentes alternativas teóricas passíveis de utilização no ensino escolar, perpetuaram-se tão veemente que faz com que, ainda hoje, diferentes formas de ensinar História sejam desconhecidas pelos jovens futuros professores. O registro de R.L.B. é sintomático nesse aspecto, sobretudo considerando-se que se trata de um aluno da licenciatura em História cursando a disciplina “Ensino de História” ofertada no curso de Pedagogia:

Já tinha um pequeno conhecimento sobre a história, mas com foco no fundamental II. Anteriormente a disciplina, acreditava que no Fundamental I só era possível o trabalho por meio da metodologia positivista, de memorização de datas e nomes, o que é um “senso comum” na escola. A disciplina me abriu a perspectiva de novas metodologias de se trabalhar a história nos anos iniciais, embora muitas vezes as novas iniciativas esbarram na legislação vigente. (Licenciando R.L.B., 2018).

Antes de iniciar os estudos sobre a História e seu ensino no curso de Pedagogia, os licenciandos demonstraram, também, a percepção da História como algo marcado pela dissociação entre presente e passado, cujo resultado formativo mais imediato é o da descontextualizado da História. O aluno aprende de maneira fragmentada sem relacionar o aprendizado com a sua realidade atual.

Nesse processo de ensino-aprendizagem, a prática exercida em sala de aula não é capaz de proporcionar, ao aluno, a compreensão de que o processo histórico é composto por interligações (rupturas e continuidades) e que o passado não é algo distante e sem relação com a atualidade. Isso resulta em dificuldades de compreensão sobre a História como algo inerente à experiência humana.

Licenciandos consideravam o ensino de História para crianças como algo limitado, ao não compreenderem as diferentes possibilidades de ensino para tal público. O desconhecimento de que o ensino de História deve estar presente desde os primeiros anos de escolaridade, leva ao danoso engano de que este está restrito aos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. A base dessa percepção está na errônea consideração de que a História é uma ciência muito complexa para crianças menores. R.L.B. (2018), futuro docente de História, deixa clara essa percepção ao declarar que só conseguia

supor o ensinar História para crianças se com base na perspectiva positivista, o que resultaria em um ensino baseado na memorização de datas e nomes. É, no mínimo, curioso, que se estejam formando profissionais de História tendo uma percepção desse tipo, qual seja marcada pela falta de conhecimentos tanto de ensino de História quanto das particularidades do público escolar de Educação Básica em todos os seus segmentos.

Os PCN para o ensino de História (BRASIL, 1997), representativos de um contexto acadêmico e escolar atualizado com as discussões científicas do final do século XX, deixam clara a perspectiva de estudo da História que toma como base a importância do papel de todos como sujeitos históricos. Essa compreensão segue ratificada, 20 anos depois, pela BNCC no que se refere à História para os anos iniciais do Ensino Fundamental (BRASIL, 2017), ao defender que esse ensino deve proporcionar ao aluno a capacidade de compreender-se como sujeito histórico. Desse modo, as crianças, inclusive do segmento Educação Infantil, não podem ser excluídas do processo, pois inseridas na dinamicidade do ensino-aprendizagem, serão capazes de se reconhecerem como sujeitos. Para tanto, professores e professorandos precisam rever seus conhecimentos sobre a área História. O professorando I.H.S., por exemplo, declara que:

Minha concepção antes de iniciar a disciplina [Ensino de História] era de que o Ensino de História era uma prática mais voltada somente para o Ensino Fundamental, sem tanta importância para a Educação Infantil. Não tinha despertado para a importância de ensinar história para crianças, principalmente creche e pré-escola. (Licenciando I.H.S., 2018).

Devemos refletir sobre a fragmentação que atinge o ensino de História para crianças e seus prejuízos para o processo de aprendizagem que interferem na formação e informação dos sujeitos, limitando a sua apropriação de conhecimentos e a sua capacidade de reflexão crítica. É necessária uma aprendizagem ativa e significativa, portanto, voltada para novas metodologias que proporcionem aos alunos a capacidade de se relacionar com o passado e com o presente como sujeitos históricos que constroem conhecimentos. Nesse cenário ganha ainda mais relevo a importância de que o docente possua uma base sólida acerca das metodologias de ensino e os benefícios para o aprendizado de todos os envolvidos com o processo.

Consideramos que ter conhecimento de cada um deles representa um diferencial na formação do professor, especialmente, para que consiga, em sala de aula, desenvolver aspectos importantes que envolvem o ensino de História, uma ciência abstrata com conceitos fundamentais para o desenvolvimento da criança. (HIPOLIDE, 2009, p.11).

A compreensão de que o ensino de História deve estar presente no decorrer de toda a Educação Básica é essencial a todo e qualquer docente. A incompreensão acerca do papel da História nos anos iniciais do Ensino Fundamental faz com que o professor perpetue a percepção de que a História não é acessível a todos e que dela devem estar distantes as crianças. A.C.P. apreende em tempo a limitação da sua percepção ao pensar no ensino de História para crianças: “Tinha outra visão, em todos os sentidos, pois acreditava só seria professora de história dos alunos do ensino fundamental II e médio, não pensei que poderíamos ensinar em todas as modalidades de ensino” (Licenciando A.C.P., 2018). Graduando do curso de História cursando a disciplina “Ensino de História”, do curso de Pedagogia a distância, A.C.P. pode ampliar sua visão acerca do alcance do ensinar História na Educação Básica. Vimos que, a necessidade de problematização e revisão de conhecimentos acerca do ensino de História para crianças deve estar presente não somente entre os futuros pedagogos, mas, também, entre os licenciados da própria área de História.

O desconhecimento da criança como ser pensante e capaz de entender a História e construí-la, pode trazer consequências prejudiciais para sua formação humana, social, política e cidadã. Como bem salienta

Fonseca (2009, p. 91): “O estudo da História desde os primeiros anos de escolaridade é fundamental, para que o indivíduo possa se conhecer, conhecer os grupos e perceber a diversidade, possibilitando comparações entre grupos e sociedades nos diversos tempos e espaços”. (FONSECA, 2009, p.91).

Os licenciandos em Pedagogia a distância da UFRN, ano 2018, apresentavam, em seus pronunciamentos prévios ao ingresso na disciplina “Ensino de História”, a falta de entendimento de que um ensino contextualizado e voltado para crianças era possível. Assim, mesmo entre aqueles com ideias e reflexões relativamente adequadas sobre o que é História, ainda havia uma desconfiança de que os saberes históricos pudessem estar presentes nos anos iniciais, como podemos perceber no registro de T.B.L. (2018), quando afirma:

Particularmente sou apaixonado pela ciência em questão... História sempre foi uma disciplina que me instigou muito, me aguçou em vários aspectos e tive excelentes e grandes professores em minha vida. Minha concepção de História é que ela propõe a nós enquanto seres pensantes, o processo de reflexão, analisando e entendendo de forma crítica os acontecimentos da sociedade, percebendo como cíclico o processo de construção da sociedade na qual vivemos. Quanto à disciplina [Ensino de História], tinha como expectativa um programa mais fechado no sentido de atender especificamente aos saberes históricos e como estes seriam repassados ao alunato. Confesso que me intrigava como seriam postas as práticas de ensino da história aos alunos iniciais...entendendo as limitações e as novas demandas da sala de aula.

Em outras palavras, mesmo entre aqueles que associavam a História a um processo crítico e reflexivo, ao pensar em seu ensino direcionado a crianças, a marca que imperava era a do repasse de informações em sala de aula. Essa falta de compreensão acerca do ensinar História para crianças aproxima-se da falta de compreensão acerca da relação entre História e didática para os anos iniciais do Ensino Fundamental. O terceiro licenciando de História, integrante da turma cujas percepções seguem aqui analisadas, mesmo admitindo que sua percepção baseava-se em algo superficial, não conseguia avançar na compreensão do que seria possível tendo em vista o trabalho com crianças. K.T.S. deixa-nos isso claro ao declarar que:

Inicialmente tinha uma concepção mais superficial, ou seja, da relação que tem a história com a didática como pode ser feita essa junção, e de como está ligado, de quais as metodologias que podem ser aplicadas em sala de aula, não tinha esse conhecimento mais aprofundado, até mesmo fora da sala de aula, tinha uma concepção que a disciplina era voltada somente para a didática juntamente com a história de uma maneira abrangente como também da fonte pedagógica. (Licenciando K.T.S., 2018).

Tais percepções são demonstrações das representações dos sujeitos construídas em diferentes processos de apropriação de conhecimentos e experiências teóricas e práticas. Um processo de apropriação consiste em ações que geram, em consequência, novas práticas e representações. De acordo com Chartier (1990), as experiências, os interesses, os conhecimentos de cada indivíduo implicam na forma como este assimila as novas concepções e experiências com as quais se depara, levando-o à construção de novas representações e práticas. As representações dos sujeitos, portanto, englobam os conhecimentos dos indivíduos e suas práticas.

Após cursar a disciplina “Ensino de História” e ao serem questionados, em julho de 2018, sobre suas percepções relativas à História e seu ensino, as visões apresentaram mudanças significativas. As respostas do pós-disciplina mostraram, por exemplo, que a visão limitada do ensino para os anos iniciais deu espaço para uma nova perspectiva de um ensino contextualizado e voltado para a formação crítica do cidadão com o aluno sendo considerado como sujeito do processo através da escolha adequada das metodologias de ensino. E.M.M. foi bem claro ao declarar que:

Hoje sei que os estudos da História pode contribuir muito para o desenvolvimento da humanidade. Aprendi que o conhecimento só é verdadeiramente construído, quando o estudante se percebe como sujeito inserido num determinado contexto histórico, com suas particularidades e semelhanças em comparação a outras, e daí compreender melhor a organização social, cultural, política e econômica de diferentes grupos que viveram em outros tempos, ou, até mesmo na atualidade. (Licenciando E.M.M., 2018).

O ensino contextualizado refere-se à mudança de percepção da História como disciplina restrita aos fatos passados e tendo a memorização como habilidade básica a ser desenvolvida para uma perspectiva de que a essência do seu ensino está em fazer com que o aluno entenda-se como parte do processo histórico e que a realidade vivida por ele o ajuda a ler o mundo.

Por esse prisma, a História no Ensino Fundamental tem por objetivo conduzir o aluno à reflexão e análise para uma melhor compreensão da realidade que o cerca. Com o entendimento adquirido nas aulas de História, os alunos serão capazes de agir por si próprios no meio em que atuam, valendo-se de suas opiniões, indagações e pontos de vista. (SILVA, 2012, p.73).

Os licenciandos revelam em seus discursos a aspiração de um novo ensino para as crianças, o que podemos caracterizar como uma nova percepção, ampliação de visão sobre as possibilidades para o público infantil.

Após as leituras e discussões oportunizadas pela disciplina “Ensino de História” aliada a outras do curso de pedagogia, a concepção de ensino dessa disciplina foi ampliada, concebendo-a como ensino focado no contexto (histórico, social e cultural) dos discentes. A ênfase é no elo entre os fatos passados e o que este influenciou ou representa no momento atual. Ensinar história é promover a construção da identidade a partir do encadeamento dos acontecimentos que fazem parte da vida, desde o nascimento, desse sujeito (aluno). (Licenciando S.D.O., 2018).

A contextualização no ensino revela, para o aluno, as possibilidades que tanto os conteúdos específicos das disciplinas quanto o seu cotidiano pode oferecer. A história da família, do bairro, do país carregam memórias que permitem ao aluno situar-se dentro das continuidades e rupturas, sem fragmentos e desconexões que distanciam. Esse entendimento foi apropriado pelo licenciando M.D.C. que, de forma segura, passa a afirmar:

Nossa concepção de História, hoje mudou, seguindo a metodologia adotada pela Nova História, o docente contextualiza o presente com o passado para possibilitar um melhor entendimento dos fatos históricos. Muitas vezes é possível levar em consideração os conhecimentos prévios dos discentes. Ensinar história não é trabalhar fatos inusitados do livro didático e somente entender, mas contextualizar com o presente. Desse modo, não é mais necessário decorar conteúdos, mas entender a História. (Licenciando M.D.C., 2018).

Para as crianças, contextualizar o ensino requer também considerar a faixa etária e as especificidades de cada fase de desenvolvimento vivida. Isso demandará do professor a mediação atenta e adequada para cada turma de maneira integrada com as outras disciplinas. Sobre isso, bem salienta S.G.M. (2018), ao responder sobre como deve ser o ensino de História hoje:

A história como disciplina viva, contextualizada. Um elo entre passado e presente onde os alunos tomam conhecimento dos fatos a partir de pesquisas e leituras, fazendo comparações

acerca da realidade atual, desmistificando fatos isolados que tinham fim em si mesmos. O aluno como produtor de história e não como mero expectador.

No pós-disciplina “Ensino de História”, aparece, com mais clareza, a percepção da relação entre métodos de ensino e a História. O que, anteriormente, aparecia colocado como algo intransponível, considerando a História como uma área de conhecimento isolada, deu lugar à percepção da necessidade de organizar aulas e administrar aspectos de temporalidade como também melhor pensar as formas de ensino para dentro e além da aula. Sobre esses aspectos, R.L.B. nos esclarece:

Hoje observo que o método positivista, que é uma prática comum no ensino de História dos Anos Iniciais, deve ser combatido e esse ensino ser realizado com outras abordagens que priorizem os conhecimentos prévios dos alunos e os levem a fazer relação com a sua realidade e os fatos históricos, fazendo o mesmo se sentir parte desse processo, a disciplina, e os seus textos e debates foram determinantes para o desenvolvimento da atividade proposta no estágio supervisionado III, que foi “o uso do RPG (narrativa interativa) para o ensino de história do Rio Grande do Norte, onde desenvolvi um mini jogo narrativo onde os alunos eram inseridos na realidade (simulada) de uma tribo indígena potiguar. (Licenciando R.L.B., 2018).

A História como imprescindível para a formação dos alunos dos anos iniciais é um reconhecimento primordial para professores em formação. Ao se depararem com a História do ensino de História, com as novas metodologias de ensino e com a necessidade de uma aprendizagem significativa para os alunos, os licenciandos que antes não relacionavam História com didática passam a ver que a o ensino deve contribuir para um ir além.

Hoje sinto-me privilegiada por ter a consciência da trajetória que a história e o seu ensino percorreu, entre mudanças e permanências, em especial, até “configura-se” numa Nova História. Antes, tinha muita dificuldade em compreender o positivismo e o materialismo histórico, de fato e utilizando-os de maneira mecânica para ornamentar discursos vazios. Agora sei quais foram as contribuições destes para a História e seu ensino e que também não são suficientes para promover uma aprendizagem significativa tendo presente em diálogo com o passado para a construção do pensamento reflexivo e questionador da nossa sociedade, das outras sociedades e dos vários modos de viver. Hoje penso história e seu ensino para além de um espaço limitado, ultrapassando as linhas de senso comum. (Licenciando A.S.M., 2018).

O aluno como sujeito do processo formativo passa a permear as “vozes” dos futuros docentes, sobretudo de crianças. Isso representa quebra de dois paradigmas que, ainda em nossos dias, rondam salas de aula: o primeiro, o da figura do mestre detentor do conhecimento e o aluno como o recipiente memorizador; o segundo, o de que a História é uma disciplina pautada na memorização de datas e fatos passados. De acordo com novas abordagens, docentes e discentes são tidos como construtores de conhecimento e a História, especificamente, é considerada algo vivo. Assim ela passa a ser percebida.

A história como disciplina viva, contextualizada. Um elo entre passado e presente onde os alunos tomam conhecimento dos fatos a partir de pesquisas e leituras, fazendo comparações acerca da realidade atual, desmistificando fatos isolados que tinham fim em si mesmos. O aluno como produtor de história e não como mero expectador. (Licenciando S.G.M., 2018).

Os licenciandos apresentam em seus discursos, no pós-disciplina, a compreensão dessa necessidade sintetizada em expressões como: “alunos como sujeitos históricos”, “sentir-se parte do processo”, “sujeito produtor” e “sujeito inserido”. O registro de G.O.C. é revelador disso:

A História e seu ensino possui fundamental importância para que cada um possa se reconhecer como sujeito histórico. Além disso, é partindo do passado que chegamos ao presente. Ao estudar história compreendemos as nossas posições sociais, culturais, econômicas e políticas hoje em dia. A história é necessária para que o sujeito se reconheça como cidadão. (Licenciando G.O.C., 2018).

A História ensinada precisa levar em consideração a dialogicidade do processo educativo, no qual professores e alunos aprendem juntos. Esse tipo de processo educativo problematizador configura-se como,

Esta educação, em que educadores e educandos se fazem sujeitos do seu processo, superando o intelectualismo alienante, superando o autoritarismo do educador “bancário”, supera também a falsa consciência do mundo. O mundo, agora, já não é algo sobre que se fala com falsas palavras, mas o mediatizador dos sujeitos da educação, a incidência da ação transformadora dos homens, de que resulte a sua humanização. (FREIRE, 1995, p. 67).

O eu, o nós e o mundo fazem parte do reconhecimento do ser sujeito histórico, que faz parte da história, que constrói a história e que pode fazer a diferença no meio social. O ensino deve propiciar ao aluno o sair de uma visão “micro” para uma visão ampliada de si e do seu contexto social, histórico, cultural, econômico e político. Para tanto, é importante o trabalho, entre outros aspectos, com os conhecimentos prévios dos alunos.

As novas metodologias de ensino relacionam-se diretamente à necessidade de valorização dos conhecimentos prévios dos discentes e a sua relação tanto com a realidade atual quanto com os fatos passados. Isso tendo em vista a superação de um ensino mecânico e esquemático. Portanto, como bem defendem Siqueira e Quirino (2012): faz-se necessário que novas metodologias sejam adotadas no ensino de História para crianças com o objetivo de tornar as aulas mais dinâmicas e significativas diante do contexto atual vivido pelos alunos.

T.B.L. (2018), com formação em Administração de Empresas, e, graduando do curso de Pedagogia a distância, já autodeclarado “apaixonado pela ciência em questão [História]” mesmo antes de compreender as suas reais dimensões, consegue perceber, em função da disciplina “Ensino de História”, a necessidade e viabilidade de um ensino mais dinâmico em termos metodológicos para o público escolar atual. Segundo o graduando:

Há um grande envolvimento de profissionais, pensadores e metodologias que possibilitam uma melhor compreensão e dinamismo de como ensinar história. Interessante perceber a transdisciplinariedade [sic] como recurso facilitador como a união da pedagogia e história, por exemplo... Foi importante observar alguns pontos e metodologias propostas na disciplina a fim de equalizar saberes e conhecimentos e ao mesmo tempo otimizar o ensino. Infelizmente minha participação na disciplina foi comprometida pela aprovação no Mestrado em História (PPGH 2018) e por isso o tempo ficou muito escasso para contribuir de modo mais eficaz à disciplina. (Licenciado T.B.L., 2018).

O conhecimento do professor acerca dos seus alunos e dos métodos mais adequados para nortear o ensino está na base de um ensino crítico e contextualizado. Entre as diferentes perspectivas da História, a Nova História é a mais recente delas e caracteriza-se, no ensino, justamente por esses princípios (criticidade e contextualização). Segundo Hipólide (2009) sua essência é caracterizada pela utilização de métodos de análise que investigam a maneira de pensar e de agir do homem, o que é uma contraposição ao positivismo. O entendimento da História como uma ciência narrativa é superado por essa nova metodologia que possibilita novos modos de refletir e de ensinar. Nos discursos dos

licenciandos, verificamos esse entendimento quando pensam sobre o ensinar História para crianças, a partir dos conhecimentos adquiridos na disciplina “Ensino de História”.

O olhar diferenciado sobre a relação entre crianças e a História, inclusive na Educação Infantil, é um importante aspecto a se considerar nas discussões em Educação. Ao considerarmos que o educar e o cuidar são processos que não podem ser dissociados (CRAIDY; KAERCHER, 2001) entendemos que, mesmo não existindo para a Educação Infantil a disciplina História, é de responsabilidade do professor contribuir para que as atividades proporcionem à criança, desde a mais tenra idade, a compreensão de que ela é um ser histórico. Essa foi uma das conclusões de I.H.S. ao cursar a disciplina “Ensino de História” em seu curso de Pedagogia a distância na UFRN:

Com a disciplina Ensino de História minha visão mudou em relação ao ensino na Educação Infantil. Percebi e despertei que há diferentes possibilidades de se trabalhar história, desde as primeiras séries em que a criança chega na escola. A maneira de como o professor aborda um certo tema, na Educação Infantil, é que fará toda a diferença em a criança compreender e viver o seu presente, de forma simples a partir de alguns acontecimentos, passados que foram importante para a vida presente atual. (Licenciando I.H.S., 2018).

Falar de aluno como cidadão é considerar a importância de que ele se entenda como sujeito histórico, processo que deve ter início com o estudo da própria história. O reconhecimento da cidadania vai desde a compreensão da própria realidade dentro de um universo de possibilidades até a compreensão de seus direitos e deveres.

O estudo da história é fundamental para perceber o movimento e a diversidade, possibilitando comparações entre grupos e sociedades nos diversos tempos e espaços. Por isso, a História nos ensina a ter respeito pela diferença, contribuindo para o entendimento do mundo em que vivemos e também do mundo que gostaríamos de viver. (FONSECA, 2009, p. 51).

É possível, desde os primeiros anos de escolaridade, falar sobre cidadania, assim como é possível investir esforços para que a criança possa, de acordo com a sua realidade, entender que ela é única em um todo, por sua vez, diverso. O aluno não é mais limitado a estudar fatos distantes, a história não corresponde mais aos grandes atos heroicos e políticos apenas. Ela é, antes de tudo, um encontro de identidades. Isso porque, a cultura escolar produziu diferentes momentos históricos, que foram da exaltação dos “grandes heróis” à representação dos estudantes como sujeitos históricos. (SCHMIT, 2011).

A diversidade como elemento construtor da cidadania humana faz com que o aluno se perceba como um no meio dos outros, os diversos, com múltiplos saberes e contribuições.

Hoje consigo assimilar com mais clareza a relação da didática com a história, que elementos podem ser explorados, como materiais, como pode ser trabalhado diversos conceitos, como a sociedade, a política, cultura e economia, ter domínios de metodologias ao qual vai possibilitar a formação de um cidadão ciente, das distinções étnicas e consequentemente diferenças, culturalmente falando, possibilitar ao aluno a construção de conceitos sobre a sociedade ao qual vivemos, a partir de uma diversidade de materiais, de como organizar e planejar, saber administrar o tempo das aulas, separando por metodologia que será aplicada, dentro e fora da sala de aula. (Licenciando K.T.S., 2018).

O perfil que os licenciandos apresentam em suas respostas nos remete a um possível reflexo de experiências e referências que marcaram suas trajetórias escolares sobre a História e seu ensino. O que também como “efeito dominó” pode marcar as práticas em sala de aula e a trajetória dos futuros alunos que passarão por sua mediação.

É desse modo que jovens universitários, de modo geral, carregam na memória os conteúdos de História: algo sem sentido, que lhes fizeram decorar, “decoreba” esta auxiliada, algumas vezes, pela condição de feriado nacional de algumas datas. Tal concepção auxiliou o enraizamento de representações negativas sobre a disciplina e seu ensino e se transpôs para o imaginário escolar a ideia da sua desimportância e da falta de necessidade de seu ensino. Os professores da primeira fase do ensino fundamental que carregam essa experiência negativa, também a repassam para seus alunos, evitando ao máximo trabalhar, em suas salas de aula, tais conteúdos. (ABUD, 2012, p. 552).

Ou seja, os graduandos, durante a disciplina “Ensino de História”, aprenderam, por exemplo, sobre a Nova História, mas, pelo demonstrado em suas percepções anteriores à disciplina acadêmica cursada, as suas trajetórias escolares foram marcadas por um ensino de cunho mecanicista. As representações em torno desse tipo de prática docente marcam a vida dos sujeitos. Assim, é possível que, na efetivação da sua prática profissional futura, essa segunda concepção de História permaneça forte. Os saberes provenientes da formação no ensino superior, como bem explica Tardif (2000), nem sempre são efetivados na prática profissional do sujeito, já tão balizado pelas suas experiências escolares fora do curso de formação de professores.

Contudo as reflexões sobre a prática oportunizadas pela licenciatura em Pedagogia e, especificamente, pela disciplina “Ensino de História” endossam que a formação docente permite avanços na compreensão da identidade do ser pedagogo e de sua responsabilidade na educação contemporânea.

A turma de “Ensino de História” modalidade a distância, ano 2018, mesmo diante de uma reduzida participação nas discussões via plataforma digital, a qual ocorria, sobretudo, quando da insistência da docente responsável pela disciplina, demonstra avanços do processo formativo. Isso demonstra que a formação docente representa papel fundamental para a mudança de realidades que poderiam ser dadas como consolidadas e sem condições de melhores resultados.

Ao comparamos as categorias referentes ao antes da disciplina com as categorias construídas sobre o pós-disciplina, pudemos perceber que, mesmo que tenha sido em níveis diferentes, os graduandos apresentam novos olhares sobre o que é a História e o seu ensino. A garantia de que levarão para a atuação docente o que aprenderam é uma incógnita comum a qualquer processo de formação profissional, mas oferecer os fundamentos para que escolham as possibilidades metodológicas é o cumprimento da responsabilidade da formação docente.

4 COMO ENSINAR HISTÓRIA PARA CRIANÇAS?

Aprender História é essencial em todas as idades e é importante atentarmos para um fato ainda não muito reconhecido: professores e alunos nos primeiros anos de escolarização aprendem, ensinam, fazem história (FONSECA, 2009). É necessário o entendimento de que a docência nos anos iniciais, mesmo em meio às exigências e às demandas do ensino polivalente, é capaz de apresentar metodologias de ensino capazes de fazer com que os próprios alunos se reconheçam como sujeitos que participam e constroem a história.

O questionamento sobre o que é História é uma das perguntas mais frequentes quando começamos a estudá-la. Esse questionamento inicial, que parece ser simples, revela aspectos importantes quanto às concepções construídas pelos sujeitos sobre o que é, de fato, essa área de conhecimento. Muitas vezes, o desinteresse pela matéria se dá pelo fato de associá-la a longas e entediantes exposições orais do professor distantes do contexto atual.

Há certas definições que parecem desnecessárias. História é um termo com o qual convivemos desde a infância. (...) Mas, ao tentar uma resposta sobre “o que é história?”, a pessoa se enrolará, não chegará a nenhuma definição precisa, ou dirá, com certo desinteresse, refletindo consenso mais ou menos geral: “A História é que já aconteceu há muito tempo.” (BORGES, 1989, p.7).

A possibilidade de rompimento com esse tipo de pensamento vem através da mudança na formulação da pergunta, “o que é?” deveria passar a ser “como estudar?” e “para que estudar História?”. Foi nesse sentido que, na busca por compreender as percepções de licenciandos de Pedagogia sobre a História e seu ensino, apresentamos-lhes um questionamento construído na forma de situação-problema a partir do qual deveriam explicar, para um aluno de 08 anos, o motivo de se estudar História. Assim os questionamos: “Imagine-se na condição de docente. Diante de você, está uma criança de oito anos a qual lhe pergunta: Professor(a): para que temos de estudar História? Responda de forma contextualizada”.

O essencial do estudo de História é a aquisição de conhecimento, pois só ele traz consigo o caminho a ser percorrido para a compreensão do processo histórico decorrente da apropriação de informações sobre os fatos históricos e de sua transformação em conteúdo escolar. Desse modo, o conhecimento espontâneo que a criança leva a sua vida escolar será o pilar de sustentação sobre o qual se apoiará a construção do conhecimento histórico sistematizado. (ABUD, 2012, p.15).

Em conformidade com o que aponta Abud (2012) é que solicitamos uma resposta contextualizada, portanto, capaz de relacionar o conhecimento sobre a História e seu estudo aos conhecimentos espontâneos da criança. Dessa maneira é que a resposta ao questionamento demandava que o professorando não só tivesse o conhecimento sobre as abordagens que poderiam ser utilizadas, mas que soubesse trabalhar o tema em questão de modo adequado à faixa etária do aluno. Assim, seria possível verificarmos a apropriação dos conceitos aprendidos pelos licenciandos na disciplina “Ensino de História” e a aplicação deles na atividade simulada realizada no final do semestre letivo na Universidade.

Ao relacionarmos as respostas da situação-problema com as categorias estabelecidas a partir dos primeiros questionamentos feitos aos licenciandos, vemos que respostas como a de S.D.O., que enfatizam que as leituras oportunizadas pelo curso e pela disciplina “Ensino de História” ampliaram a sua concepção do que é História e seu ensino, demonstram indícios de apropriação adequada dos conhecimentos. Na situação prática, o licenciando em Pedagogia detalha, usa termos mais rebuscados, mas tenta sempre elaborar uma explicação que alcance a suposta criança de oito anos.

A importância de estudarmos História na escola está no fato de que ela nos ajuda a nos conhecer. Conhecer como eram nossos antepassados (povo que viveu aqui antes de nós, como eram seus costumes (moradia, trabalho, alimentação), crenças religiosas e regime político (como era, assim, escolhidos seus representantes). Pois, conhecendo mais a respeito disso, vamos aprendendo o “porquê” das coisas nos dias de hoje. Vejam este exemplo: Todos nós temos particularidades. Você tem 08 anos e a maioria dos seus colegas também (baixo, alto, loira, moreno...) Temos que respeitar todos, pois essas características individuais são heranças dos nossos antepassados (pais, avós, bisavós). Estudar história é conversar sobre “coisas” (aspectos) que nos diz quem somos, “coisas” importantes que nos constroem como ser social (que faz parte de uma sociedade), ricos de cultura e com valores. (Licenciando S.D.O., 2018).

O uso de elementos que agucem os sentidos e a imaginação da criança é próprio do entender a infância como uma fase de potencialidades e descobertas. Nesse aspecto, concordamos com Fonseca (2009, p. 65), quando afirma que: “Defendo nos anos iniciais a aprendizagem das noções que permitem à criança o domínio do tempo e dos espaços vividos no tempo presente e, ainda, a compreensão histórica de outros tempos e espaços num processo criativo, dialético, dinâmico e significativo”.

Os filmes infantis como uma proposta pedagógica podem trazer bons resultados desde que se adequem ao que se pretende. Assim, levar filmes como referência para uma explicação é uma alternativa, como o faz o licenciando R.L.B. Embora restrinja o motivo de estudar história como sendo “entender o hoje”, o que remete a uma fragilidade na compreensão de conceitos básicos propostos pela disciplina.

Porque temos que estudar história? vamos primeiro começar por uma outra pergunta, você sabe o que é história? Então deixa eu tentar explicar. Desde o início dos tempos os seres humanos procuram formas de contar história, muitas vezes de forma oral, você sabe o que é oral né? É aquela história que não está escrita em nenhum local, mas está guardada na nossa memória. Depois da história oral, começamos a tentar escrever, antes de inventarmos as letras, nós pintamos as paredes das cavernas, lembra o filme A era do Gelo 1? Quando passa a história da família do Many? Para que ele usa aquela história que está na parede? Isso para lembrar o seu passado, e usar no presente, como a história do Many no filme A era do Gelo, nós estudamos a história para entender o hoje, o presente. As coisas que ocorrem hoje, elas não começam agora, mas sim no passado. (Licenciando R.L.B., 2018).

A contação de histórias e o lúdico, no contexto prático para um aluno de oito anos, são algumas das possibilidades existentes. Segundo Cooper (2006) a experiência das crianças com histórias ficcionais pode fazê-las relacionar com suas próprias experiências. A escolha de A.S.M. por responder em forma de história revela-se como uma alternativa de alcançar o objetivo da proposta inicial. Entretanto, o motivo de se estudar história não aparece com muita clareza o que remete a uma fragilidade em levar para a simulação os conceitos estudados. Assim responde o licenciando:

Vem cá, João, deixa eu te contar uma história. Era uma vez o Senhor chamado José. Seu José tinha 65 anos e foi uma criança que não teve as mesmas oportunidades de estudar como eu e você. O que será que isso provocou na vida de seu José? Veja só: ele não aprendeu a ler e escrever, mas teve a sorte de com a sua digital poder “assinar” documentos e prosseguir sua vida. Já com a leitura era sua esposa que ajudava, ela lia tudo pra ele e assim seu José não se sentia tão mal. Também sabia pouco de matemática, aprendeu com a vida, contando um dos gados, conseguia até fazer negócios e ganhar um pouquinho de dinheiro. Mas você me perguntou porquê temos que estudar História. Então... por não ir a escola seu José não aprendeu história e isto fez com que ele vivesse uma vida de questionamentos, nunca encontrando as respostas que queria. Tinha dia que ele até perdia o sono de tanto pensar porque ele não tinha tido as mesmas oportunidades de outras crianças, que foram à escola saber sobre português, matemática, história. Diante da falta de respostas ele se conformava com a velha frase que sua mãe dizia: foi porque Deus quis. (Licenciando A.S.M., 2018).

O intuito de A.S.M. (2018) é, claramente, enfatizar a importância da História no contexto escolar. Mas, da forma como o faz, deixa a impressão para o seu ouvinte de que não é possível aprender História fora da escola, o que seria um equívoco. De forma, também, equivocada pronuncia-se A.C.P. (2018), contudo em relação à linguagem carente de contextualização para o aluno de 08 anos. A necessidade de incorporação de um ensino de História voltado para crianças parece ser algo óbvio entre os graduandos, mas isso aparece ser um dos pontos principais de dificuldade e até mesmo de oscilação nas respostas dos licenciandos ao final da disciplina. A.C.P., de certo pelo fato de ser licenciando em História, mas cursando “Ensino de História” no curso de Pedagogia, chega a fazer um passo a passo de como responderia ao aluno de 08 anos, mas não utiliza a linguagem voltada para as crianças.

Bem, diante do material estudado, quando a criança fizer esta pergunta lhe responderei assim, não só pra ela mais [sic] sim para turma toda, iniciarei assim: turma vamos conversar um pouco sobre o que é história? Irei primeiro perguntar a história de cada um aluno, e por fim, estarei envolvendo as crianças num sentido de valorização de sua própria história, alicerçando-se assim, para a aquisição de sua história local e do mundo. E com isso, irei comentar sobre o ensino da História é importante, pois permitiu que os alunos se compreendam a partir de suas próprias representações, da época em que vivem, inseridos num grupo, e, ao mesmo tempo resgatem a diversidade e pratiquem uma análise crítica de uma memória que é transmitida. E mostrar aos alunos que estudar história é muito mais do que decorar nomes e datas. É descobrir, analisar fatos registrados no passado, entender as atividades dos homens

do mundo. É através dela que as relações estabelecidas em uma determinada época podem ser estudadas, podendo perceber as mudanças, resistências e permanências com o passar do tempo. Conhecer a sua história permite ao sujeito compreender o que acontece nesse lugar, perceber que o município mundo. (Licenciando A.C.P., 2018).

Os traços de uma concepção estritamente voltada para a memorização e sem contextualização é visivelmente notado em uma situação prática. Devemos considerar que, avançar na identificação das metodologias de ensino é algo fundamental para que o professor escolha a que melhor se adeque a sua proposta pedagógica, mas saber diferenciar as metodologias não significa que isso, de fato, proporcionará mudanças na prática. O licenciando M.D.C., por exemplo, diante da questão proposta, mesmo já tendo sinalizado em respostas anteriores que uma nova prática de ensino de História deve ser contextualizada, não atende a esse princípio com a devida clareza. Vejamos o seu exemplo sobre a colonização portuguesa, no qual a contextualização mais parece uma simplificação dos fatos históricos.

Estudar história não é somente entender o passado, o presente. Mas é saber que os acontecimentos históricos tem uma ligação de fatos que atendem as pessoas que estão no poder. Por exemplo: O Brasil foi “descoberto” pelos portugueses, as quais, querem ficar mais ricos, eles chamaram nossos primeiros habitantes de índios, pois acreditavam que haviam chegado na Índia que era do outro lado do mundo. Os portugueses levaram toda a nossa riqueza, por isso que hoje somos um país com milhões de pessoas pobres. Estudar história é conhecer o homem desde os que viviam nas cavernas até os homens atuais com seus celulares e computadores, logo é entender que evoluímos. E não existe raça superior a outra. Estudar História é entender que as guerras, as lutas, as políticas acontece porque existe grupos com interesses diferentes, geralmente os que tem muito e outros que tem pouco. Enfim é difícil explicar o que é história em poucas palavras mas é também conhecer sua cidade, os primeiros moradores e porque hoje ela é assim. (Licenciando M.D.C., 2018).

O “para que temos de estudar História?” mais se aproxima do “o que é a História?” na resposta de S.G.M. que aparece no sentido de dizer ao aluno, criança, que é importante estudar o que já passou para, por exemplo, conhecer outras pessoas e seus feitos. Mas a explicação da razão disso e de forma contextualizada não aparece. Segundo o licenciando:

Quando a gente nasceu o mundo já existia, correto? Pois bem, todos os dias na nossa casa, na nossa vida, acontecem coisas diferentes que a gente lembra no dia seguinte, né? A história é isso, saber o que aconteceu antes mesmo de a gente nascer, conhecer outras pessoas e saber o que elas fizeram para melhorar ou piorar o mundo, o nosso país, a nossa cidade, nossas escolas. Por isso precisamos estudar história. (Licenciando S.G.M., 2018).

Levar a diversidade como tema para as discussões com as crianças desde a mais tenra idade é contribuir para sua formação humana e cidadã. O licenciando K.T.S. (2018), por exemplo, optou por responder ao questionamento do aluno com ênfase na diversidade, na cultura local como pontos essenciais para proporcionar uma aprendizagem com significado. Ele percebeu que a História envolve todos os homens e que contribui para a promoção de identidades, segundo o licenciando:

Temos que estudar história para aprender a respeitar as diferenças de cultura das nossas coleguinhas, para entender que não devemos ter preconceito com os colegas, onde alguns serão diferentes de nós, mas, ainda sim e preciso aceitar e compreender, para ter conhecimento de nossas origens, de como a sociedade adquiriu determinados modos de se comportar ao longo de tempo, o motivo pelo qual falamos de tal modo, nos vestimos dessa maneira, até mesmo as comidas. É necessário estudar história para valorizar a cultura local e conhecer a

história para valorizar a cultura local, e conhecer a história da nossa cultura de como nossa sociedade surgiu, nossas origens, e com isso poder valorizar, e ver o quanto nossa cultura é rica, como também podemos conhecer outras culturas, suas diversidades, e com isso valorizar os diferentes, costumes e conhecer o quanto diferente e semelhantes podemos ser se tratando de política, economia entre outras. (Licenciando K.T.S., 2018).

A dificuldade em aproximar-se do universo da criança e o que pode alcançá-la é um desafio para os diversos contextos educacionais. Responder ao “para que estudamos História?” para uma criança difere do modo de responder ao mesmo questionamento, mas para um adulto, e essa necessidade não fica clara na resposta do licenciando E.M.M., que assim declara:

A História é uma ciência que estuda a vida do homem através do tempo. Quando estudamos história descobrimos o que os homens fizeram no passado. Nesse sentido, o conhecimento histórico ajuda na compreensão do homem enquanto ser que constrói seu tempo. A história é feita por todos nós, e está presente no cotidiano, através das descobertas do passado, podemos transformar o presente, para que possamos construir uma sociedade mais justa e um mundo melhor. (Licenciando E.M.M., 2018).

A compreensão da História como algo comum a todos e presente nas nossas relações sociais e na nossa identidade segue como sendo um dos pontos altos dos avanços obtidos pelos licenciandos na disciplina “Ensino de História”. Percebemos traços da apreensão de conhecimentos como o acerca do uso da história local e do cotidiano como elementos do método de ensino contextualizado. A preocupação com a demonstração de que a História é processo e que é marcada por mudanças são outros elementos que, também, constituem a resposta do futuro docente com traços adequados de contextualização.

Estudamos história porque, para entendermos o presente é importante sabermos o que aconteceu no passado, com nossos ancestrais, com nossas cidades e países. Imagine que o carro que você vê na rua não surgiu do nada... existiu todo um processo antes que possibilitou o carro que você vê na rua ser assim. Sabia que primeiro os nossos ancestrais inventaram a roda, que bem mais tarde... anos e anos outro homem transformou em uma carruagem e essa carruagem que era de madeira foi se modificando e ganhando nossos materiais até o ponto de ser o carro que você enxerga! Esse é o “processo histórico”! Tudo que vemos hoje em dia teve um fato, evento ou processo que o antecedeu... sabia que mulheres não podiam votar? Nem dirigir? Que existiam pessoas que eram acorrentadas, retiradas de suas terras e forçadas a trabalhar em uma região bem distante da casa deles? E eles quase sempre nunca mais veriam suas famílias? Sabia que houve um tempo que o sal de cozinha que você vê na sua casa era valioso? E que muitos homens brigavam e até matavam por ele... e com açúcar, a canela, a pimenta era o mesmo? Pois é... O tempo, a história está em todo lugar... E é por isso que é tão importante sabermos e entendermos sobre a nossa própria história. O objetivo é portanto, com exemplos simples e de fatos históricos instigar na criança a curiosidade, a vontade de saber e de pesquisar sobre eventos ocorridos no passado... entendendo o conceito de tempo, fluxo e eventos como escravidão, formação de conceitos mercantis, descobrimentos, etc. Em resumo... enxergando a história como algo palpável... do dia a dia de todos nós! (Licenciando T.B.L., 2018).

As inúmeras possibilidades no ensino de História giram em torno do entendimento de que não há incapacidade por parte da criança em absorver determinados conteúdos, mas sim fragilidades nos métodos usados pelo professor, ou seja, “o problema parece estar na maneira como são apresentados esses conceitos e não nas dificuldades de abstração da criança/adolescente, ou o fato de a mesma/o não estar madura/o para aprender determinadas habilidades” (SCHMIT, 2011, p.18). Nesse sentido, vejamos como se pronuncia L.H.S.:

Sim, ótima pergunta! Para saber porque temos que estudar História, vamos dar uma volta ao redor da nossa escola, observando tudo o que existe. Vejam só: aqui na frente da escola, antigamente a estrada era de piçarro de areia! Depois de alguns anos o governo asfaltou! Ali por trás da escola existia uma grande quantidade de Carnaubeiras; hoje não tem mais, porque nossa comunidade foi crescendo e as pessoas construíram casas. Vou mostrar a vocês umas fotos que temos estão guardadas na escola, para vermos como era antes. Pronto! Vejam e observem essas fotos dos espaços que mostrei; Estão do mesmo jeito ou mudaram!? Pois bem, a gente estuda história para através dos registros que foram feitos (no caso aqui das fotos), entender ou compreender o presente através daquilo que existiu no passado, procurando saber os motivos que causaram a mudança por exemplo. Então, estudamos história para a partir do que somos hoje, ou do que temos ou do que vivemos, compreender e ter noção e como eram as coisas antigamente: as pessoas, o lugar, enfim, como era o nosso mundo, antes mesmo que a gente nascesse. E isso só será possível porque tiveram registros de alguma forma: fotos, livros, filmes, pinturas, etc, certo? (Licenciando I. H. S., 2018).

A criança é um ser de descobertas e curiosidades fazê-la se questionar sobre quem é e sobre o meio em que vive é uma estimulação para que a sua aprendizagem se torne significativa e transformadora. A opção do licenciando G.O.C. em questionar a criança e introduzir as respostas posteriormente é uma alternativa para o ensino contextualizado. Assim ele declara:

Sabe quais os motivos que trouxeram seus pais e seus avós para a cidade que você mora hoje? Sabe porque falamos a língua portuguesa e não inglês? Sabe a razão da sua cidade possuir um prefeito e o seu país ser representado por um presidente? Sabe porque é tão comum a gente vive hoje, como está nossa cidade hoje. A gente faz parte da história que será contada aos seus filhos e netos. A história é dinâmica e se constrói a todo o tempo. Por isso é importante sempre estarmos aprendendo sobre a história. (Licenciando G.O.C., 2018).⁴

Sabemos que muitas vezes há incongruência entre as propostas curriculares para o ensino nos anos iniciais e a prática docente em sala de aula. A adoção de novas metodologias e de práticas inovadoras é de fundamental importância para que o previsto esteja sempre mais perto do que é praticado. A história como parte essencial da vivência democrática dos alunos como cidadãos deve ser parte do processo de alfabetização e letramento como também contribuir tanto para que se faça múltiplas leituras do mundo quanto subsidiar a prática social.

É evidente que superar barreiras de anos de um ensino marcado por abordagens tradicionais é um grande desafio para os licenciandos de Pedagogia a distância que, em meio a fragilidades encontradas na sua formação docente (visto que precisam exercer um grande papel de autonomia para o qual nem todos estão preparados) devem procurar avançar.

Diante do que apontaram os licenciandos em seus registros ao longo da disciplina “Ensino de História”, constatamos que houve, inicialmente, mudanças de percepções acerca da História e seu ensino. Mas a luta dessas novas percepções com as antigas, sedimentadas por anos na vida dos licenciandos, mostrou-se grande. Por um lado percebiam que estavam inadequados em suas percepções e compreendiam a necessidade de mudar, mas na prática não conseguiam avançar. Tais percepções são demonstrações do quão forte são as representações dos sujeitos na definição de suas práticas e como essas podem repercutir na revisão e mesmo na construção de novas representações.

Isso nos remete para a relação entre os conhecimentos que o licenciando possui anteriores a sua formação acadêmica e aqueles com os quais tem contato no curso de graduação. Aqueles saberes que os docentes efetivamente utilizam junto a seus alunos em sala de aula mostram que tais saberes muitas vezes não se confundem com os transmitidos no âmbito da formação universitária, evidenciando um distanciamento entre eles.

4 Foi mantida a grafia original dos registros escritos pelos licenciandos.

Essa distância pode assumir diversas formas, podendo ir da ruptura à rejeição da formação teórica pelos profissionais, ou então assumir formas mais atenuadas como adaptações, transformações, seleção de certos conhecimentos universitários a fim de incorporá-los à prática. Desse ponto de vista, a prática profissional nunca é um espaço de aplicação dos conhecimentos universitários. Ela é, na melhor das hipóteses, um processo de filtração que os dilui e os transforma em função das exigências do trabalho (TARDIF, 2000, p. 11-12).

Sintomas disso podem ser vistos entre os graduandos quando das respostas apresentadas à terceira questão que compõe esse estudo e relativa ao como ensinar História para crianças. Se, por um lado, não houve identificação de rejeição à proposta de trabalho da disciplina “Ensino de História”, por outro lado, identificamos, sobretudo na resolução da situação problema, tentativas de adaptações e mesmo simplificações de conhecimentos adquiridos no âmbito da formação acadêmica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que as disciplinas denominadas de “Ensino de...” são de extrema importância para a formação do pedagogo, visto que essas podem proporcionar ao licenciando o entendimento de que é de sua responsabilidade aliar as leituras e as práticas, aprendidas ao longo do curso, para melhor atender ao ensino de disciplinas diversificadas como é o caso da História.

Verificamos que, mesmo estando já no oitavo período do curso e tendo parte da turma uma formação em uma outra primeira licenciatura, alguns alunos não compreendiam o papel do pedagogo na docência nos anos iniciais, distanciando-se do entendimento da prática de ensino diversificada, demonstrando uma baixa compreensão sobre a polivalência nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O processo auto avaliativo proposto permitiu a compreensão de que, apesar de mudanças de concepções em termos teóricos, quando foi pedido que se contextualizassem os conhecimentos adquiridos, parte da turma, ainda sentiu dificuldades em se colocar tendo em vista a necessidade de expressão diante de uma criança, ainda que em uma situação-problema simulada.

Entendemos que a História como ciência humana, social e política proporciona ao aluno desde os seus primeiros anos de estudo uma ótica ampliada de si, e das relações estabelecidas com o outro e com o mundo. Desse modo, o professor e suas abordagens metodológicas assim como sua visão sobre essa área de conhecimento podem ser considerados fatores de influência decisiva para o aprendizado da criança que estará em sala de aula. A formação continuada tem muito a contribuir com esse estado de coisas. Necessário se faz estudar os fundamentos da História durante a licenciatura. Mas, também, que esses estudos prossigam no decorrer da carreira profissional a fim de que os novos conhecimentos científicos consigam sobrepor-se aos saberes adquiridos quando da suas vivências como alunos de Educação Básica.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Katia M. O ensino de História nos anos iniciais: como se pensa, como se faz. **Revista Antíteses**, v. 5, n. 10, p.555-565, jul./dez.2012.
- BORGES, Vavy P. **O que é História?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1971.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. 36 p.
- BRASIL. **Resolução n. 1/2006**, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura. DOU. Brasília, 2006.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: História e Geografia**. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental, 1997.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.
- CRAIDY, Carmem. M.; KAERCHER, Gládis. E. (Org.). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.
- COOPER, Hilary. Aprendendo e ensinando sobre o passado a crianças de três a oito anos **Revista Educar**, Curitiba, Especial, p. 171-190, 2006.
- DOROTEIO, Patrícia K. S. S. O professor pedagogo e o ensino de história para crianças: métodos, conteúdos e concepções. SIMPÓSIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 9. **Anais**, PUC. Minas. 2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. 1995.
- FONSECA, Selva G. **Fazer e Ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.
- HIPÓLIDE, Marcia C. **O ensino de história nos anos iniciais do Ensino Fundamental: metodologias e conceitos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- LICENCIANDOS do curso de Pedagogia a distância da UFRN. [S.D.O., I.H.S., M.G.M., G.O.C., J.E.S., R.L.B., M.D.C., T.B.L., A.C.P., K.T.S., R.L.B., S.G.M., E.M.M.]. **Questionário** (questões de auto avaliação). Impresso. Natal, UFRN, 2018. (Acervo docente).
- SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos do problema no contexto brasileiro. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2009. Vol.14, n. 40, pp. 143-155.
- SCHMIT, Jaqueline A. M. Zarbato. O ensino de História nas séries iniciais: interfaces entre currículo, o saber e fazer docente. SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 1. **Anais**. Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2011.
- SILVA, Rafael Nascimento da. A abordagem da disciplina de História nos anos iniciais. **Revista Urutágua - acadêmica multidisciplinar**. Maringá, n. 27, nov.2012/abr.2013.
- SIQUEIRA, Fernanda A. R.; QUIRINO, Ana C. S. O ensino de história nas séries iniciais do ensino fundamental: metodologias e práticas pedagógicas. **FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA**, 4. **Anais**, Campina Grande, Realize Editora, 2012.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 5-24, jan./abr. 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Proposta pedagógica para curso de graduação licenciatura em Pedagogia a distância**. Natal, 2010.

Histórico	Recebido em: 10/06/2019 Revisado em: 06/10/2019 Aceito em: 30/10/2019
Contribuição	Concepção: CBA Coleta de dados: CBA Análise de dados: CBA; MEOM Elaboração do manuscrito: CBA MEOM Revisões de conteúdo intelectual importante: CBA Aprovação final do manuscrito: CBA
Financiamento	Não houve financiamento